



# Indicadores de Belo Monte

# Área indígena Ituna-itatá

# Área dos Remanescentes Florestais

Área Remanescente (km<sup>2</sup>)

Loading...

% do território municipal

Loading...

## Área dos Remanescentes Florestais

### Altamira

	2011
Área Remanescente (km <sup>2</sup> )	145537,70
% do território municipal	91,23

### Anapu

	2011
Área Remanescente (km <sup>2</sup> )	9487,30
% do território municipal	79,76

### Brasil Novo

	2011
Área Remanescente (km <sup>2</sup> )	3785,30
% do território municipal	59,49

### Gurupá

	2011
Área Remanescente (km <sup>2</sup> )	1835,60
% do território municipal	21,49

### Medicilândia

	2011
Área Remanescente (km <sup>2</sup> )	6258,70
% do território municipal	75,66

**Pacajá**

	<b>2011</b>
Área Remanescente (km²)	6673,50
% do território municipal	56,40

**Placas**

	<b>2011</b>
Área Remanescente (km²)	4126,20
% do território municipal	57,52

**Porto de Moz**

	<b>2011</b>
Área Remanescente (km²)	8117,30
% do território municipal	46,59

**Senador José Porfírio**

	<b>2011</b>
Área Remanescente (km²)	13109,90
% do território municipal	91,2

**Uruará**

	<b>2011</b>
Área Remanescente (km²)	7453,40
% do território municipal	69,07

## Vitória do Xingu

	2011
Área Remanescente (km <sup>2</sup> )	1013,30
% do território municipal	32,32

**Tema:** Fiscalização Ambiental

**Subtema:** Conservação Ambiental

**Indicador:** Desmatamento

**Cobertura:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

**Fontes:** Programa Municípios Verdes – Governo do Estado do Pará e Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE)

**Palavras-chave:** Área de Influência Indireta (AII), conservação ambiental, Rural, Município de Vitória do Xingu, Município de Uruará, Município de Senador José Porfírio, Município de Porto de Moz, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Medicilândia, Área indígena Ituna-itatá, Município de Gurupá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

**Descrição:**

Apresenta a área dos remanescentes florestais em km<sup>2</sup> por município do PDRSX.

**Como coletar:**

No site do Programa Municípios Verdes; (1) Buscar pelo município de seu interesse na [Ficha de resumo por município]; (2) Em seguida procurar pela "Área dos Remanescentes Florestais" no ítem [Caraterização geral]; (3) Repetir a operação para os demais municípios.

**Justificativa:**

Grande parte dos municípios do PDRSX conta com expressiva área florestada, parte dela não destinada, parte integrando áreas protegidas e parte como reserva legal de propriedades rurais. Acompanhar a evolução das áreas remanescentes contribui no monitoramento da efetividade das ações de contenção do desmatamento na região.

## Temas relativos a assuntos não contemplados no PBA-CI, por reunião

Tema: Proteção das Terras Indígenas	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<b>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</b> (tema não tratado na reunião)	
<b>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</b> (tema não tratado na reunião)	
<b>2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</b> Representantes Juruna lembram que a revisão de limites da TI Paquiçamba é condicionante e eles não têm informações sobre como será essa área.	(não há registro de encaminhamentos)
<b>1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014</b> (tema não tratado na reunião)	
<b>3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014</b> Indígenas se queixam de que todo tipo de gente entra nas Terras Indígenas e a Funai nem sabe. Norte Energia informa que "veio uma ordem judicial para construir a sede da Funai além de 13 Postos de Vigilância".	A proposta de contratação de indígenas dentro do Plano de Proteção é encaminhada para o Comitê Regional da Funai.
<b>2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014</b> (tema não tratado na reunião)	
<b>4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014</b> Representantes Parakanã pedem participar em aviventação de limites da TI Apyterewa. NE informa que está contratando a empresa para a aviventação de limites das TI. Já está em execução na TI Arara, depois será na TI Kararaô, Koatinemo, Araweté e Parakanã, respectivamente. Trincheira Bacajá e Cachoeira Seca foi feito no ano passado; está faltando Arara da Volta Grande e Paquiçamba (por conta da revisão dos limites). Representante da Funai lembra que há um plano de proteção que está previsto desde 2010 como condicionante, que está judicializado porque a Norte Energia não cumpriu.	(não há registro de encaminhamentos)

<b>Tema: Proteção das Terras Indígenas</b>	
<b>Situação em Setembro de 2015</b>	
<b>Discussão</b>	<b>Encaminhamentos</b>
<p><b>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</b></p> <p>Funai e NE explicam a situação das Unidades de Proteção Territorial (UPT) que fazem parte do Plano de Proteção. Funai detalhou que não considerava como “prontas” as UPT construídas pois não correspondiam aos desenhos originais além de apresentarem problemas. Segundo NE, os problemas já foram solucionados. A</p> <p>Representante da Funai expressou que instituição só consideraria as UPTs prontas se cumpridos os outros requerimentos de recursos humanos e equipamentos e comunicações, consideradas no Plano. A NE se referiu como um “impasse” o assunto dos recursos humanos e citou responsabilidade do Estado na fiscalização. Os indígenas Parakanã denunciaram que em Apyterewa, as duas bases atuais não contam com apoio policial, apenas um servidor da Funai em cada.</p>	<p>CGI recomendou à Funai e Ibama para não liberar a LO sem ter um plano de proteção territorial operativo.</p>
<p><b>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</b></p> <p>Representantes da Funai explicam histórico do Plano de Proteção Territorial e apresentam proposta de revisão. NE complementa manifestando intenção de construir mais 3 UPT, instalação de centro de monitoramento remoto, além da contratação de RH para ocupar as bases.</p> <p>Indígenas relatam ameaças e pedem agilidade à Funai com as desintrações das TI Apyterewa Cachoeira Seca e Arara da VGX, lembrando que são condicionantes da Licença de Operação. Querem participar de expedições aos limites da TI. Kuruaya. Xipaya e Kuruaya insistem na necessidade de Posto de Vigilância para controlar entrada de pescadores</p>	<p>Indígenas elaborarão uma contra proposta sobre algumas bases de proteção que consideram necessárias. Também sobre a formação para a proteção territorial e maior fiscalização.</p> <p>Funai se compromete a agendar conversas com as etnias para tratar assunto da proteção territorial</p>

<b>Tema: Fortalecimento da Funai</b>	
<b>Situação em Setembro de 2015</b>	
<b>Discussão</b>	<b>Encaminhamentos</b>
<p><b>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</b></p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p><b>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</b></p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	



<b>Tema: Fortalecimento da Funai</b>	
<b>Situação em Setembro de 2015</b>	
<b>Discussão</b>	<b>Encaminhamentos</b>
<b>2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</b> (tema não tratado na reunião)	
<b>1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014</b> (tema não tratado na reunião)	
<p style="text-align: center;"><b>3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014</b></p> <p>Representantes da Funai se queixam da falta de servidores e dificuldades para acompanhar os trabalhos de campo. Lembram que desde Termo de Compromisso de 2010, Norte Energia iria arcar com nova sede da Funai em Altamira. Como a Funai não tem terreno adequado estão procurando alternativas.</p>	<p>CGI recomenda encaminhar via Casa de Governo e Ministério da Justiça para liberar recursos na contratação de servidores.</p>
<b>2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014</b> (tema não tratado na reunião)	
<b>4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014</b> (tema não tratado na reunião)	
<p style="text-align: center;"><b>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</b></p> <p>Representante da Funai lembra a falta crônica de recursos humanos na instituição, além da necessidade de estrutura e orçamento adequados. Representante da NE, após recopilar histórico do caso da sede da Funai, diz que irão apresentar proposta para nova sede, perto do rio.</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;"><b>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</b></p> <p>NE apresenta desenho e localização da nova sede da Funai. Os indígenas concordam e pedem colocar um pier no embarcadouro e um lugar para comercializar produtos no mercado</p>	<p>Criação de uma comissão para solicitar perante a Prefeitura espaço no porto e no mercado de peixe para melhor utilização de indígenas da área que concentrará Funai/Museu do Índio/Casa do Índio/Mercado/Porto</p>

**Tema:** Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

**Subtema:** Implementação e Prazos

**Indicador:** Implementação do Comitê Gestor Indígena (CGI)

**Cobertura:** Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena

Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17, Área de Restrição de Uso Ituna-Itata e Altamira indígena

**Fontes:** Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

**Palavras-chave:** questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipayá, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

**Descrição:**

A métrica sintetiza as referências nas reuniões do CGI a aspectos não diretamente contemplados no PBA-CI, como o fortalecimento da Funai e a Proteção Territorial, por reunião

**Como coletar:**

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

**Justificativa:**

No espaço do CGI discutem-se igualmente uma série de temas não necessariamente incluídos nos programas do PBA-CI e, no entanto, centrais para a efetividade de todo o sistema de mitigação de impactos, como é o caso do tema relativo ao Fortalecimento Institucional da Funai, e a proteção territorial das TIs (que envolve a implementação do Plano de Proteção Territorial e assuntos relativos à Regularização Fundiária das TIs).

---

# Implementação das Unidades de Proteção Territorial

Implementação das Unidades de Proteção Territorial (UPT), por tipo				
Unidades de Proteção Territorial	Previstas (PEPTI 2011)	Proposta de revisão (NE/Funai, Ago 2015) <sup>[1]</sup>	Construídas (Out 2015)	Em funcionamento (Out 2015)
Bases Operacionais	7	7	6	0
Postos de Vigilância	14	4	2	2 <sup>[3]</sup>
<b>Total</b>	21	11	8 <sup>[2]</sup>	0

## NOTA TÉCNICA - 2015

(1) A coluna apresenta o número total de UPTs a serem implementadas conforme a proposta apresentada em agosto de 2015 pela Funai/NE ao CGI.

(2) Seis das oito UPTs construídas, foram consideradas pela Funai (Informação Técnica 43/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ) como fora dos padrões estruturais e arquitetônicos estabelecidos no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas (PEPTI) e foram submetidas a adequações pela Norte Energia.

(3) As duas que encontram-se em funcionamento são de forma provisória na Terra Indígena Apyterewa.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Implementação e Prazos

**Indicador:** Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

**Cobertura:** Terra Indígena Paquçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Ação Civil Pública nº 655-78.2013.4.01.3909 de 2013 (Ministério Público Federal), CE 0148/2015 – DS (Norte Energia), CE 0354/2014-DS (Norte Energia), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Altamira, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Diretoria de Proteção Territorial, Ofício nº578/2015/DPT-FUNAI-MJ (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas, Informação Técnica 43/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)

**Palavras-chave:** articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

### Descrição:

A métrica ilustra o número de UPT (Bases Operativas e Postos de Vigilância) previstas, revisadas, construídas e em funcionamento

### Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

### Justificativa:

As Unidades de Proteção Territorial (UPT) possibilitam uma presença institucional voltada à Proteção territorial ao longo das Terras Indígenas que se encontram na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Dita presença não apenas ajuda a dissuadir e coibir invasões e crimes ambientais nas Terras Indígenas como apoia e estimula atividades de prevenção e controle relacionadas à melhoria da gestão ambiental e territorial das TIs. É importante monitorar a implementação da construção das UPTs e de seu funcionamento, através da instalação dos equipamentos adequados e contratação dos recursos humanos, tendo em vista que elas são a base de apoio operacional para a execução do Plano de Proteção Territorial, condicionante da Licença Prévia, estabelecida no Parecer 21 Funai/2009

---

## Recursos humanos contratados

### Situação em outubro de 2015

No Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu (PEPTI), elaborado pela Funai em 2011, definiu-se um quantitativo operacional mínimo de 112 pessoas para atuarem no período de vigência do plano, entre 2011 e 2013. Diz o PEPTI "Uma vez finalizado o período de vigência do Plano Emergencial, na fase de implementação do PBA, o quantitativo de recursos humanos contratados para o plano de proteção territorial deverá ser reavaliado pela equipe responsável por esta fase" (p.33).

Após judicialização pela não implementação do Plano de Proteção, em 2015 houve um processo de reavaliação do plano. Durante esse processo, conforme descrito na Informação Técnica 233/Funai/2015, a Norte Energia (NE) informou que o conselho administrativo do empreendimento "não aprovou a contratação das equipes que deverão ocupar as UPTs, mesmo com a significativa redução do número de UPTs (de 21 para 11) na proposta de revisão do PEPT e, conseqüentemente, redução na contratação de mão-de-obra. Destaco que a operacionalização das UPTs por meio da contratação de equipes já era uma obrigação contraída pelo empreendedor por meio da assinatura do Termo de Compromisso." (p.52)

Em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena (CGI) do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena PBA-CI, em agosto de 2015, Funai e Norte Energia apresentaram aos indígenas a proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial que envolveria uma redução no número de UPTs e o fortalecimento do monitoramento remoto. Representante da Norte Energia, na ocasião, se comprometeu com a contratação dos recursos humanos necessários para a operação do plano revisto.

Em diferentes reuniões do CGI os indígenas têm solicitado receber formação para que possam fazer parte das atividades de vigilância territorial que integram o Plano de Proteção Territorial, como parte das equipes de trabalho.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Implementação e Prazos

**Indicador:** Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17, Brasília e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Altamira, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Diretoria de Proteção Territorial, Ministério Público Federal em Altamira, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)

**Palavras-chave:** articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

#### **Descrição:**

A métrica apresenta uma descrição do processo de decisão quanto à contratação de recursos humanos para a implementação do Plano de Proteção Territorial

#### **Como coletar:**

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

#### **Justificativa:**

Os recursos humanos são fundamentais para a implementação do Plano de Proteção. A operacionalização do plano, por sua vez, exige diferentes níveis de qualificação profissional. É importante monitorar a contratação e gestão de pessoas para a implementação do plano de Proteção, pois são requisitos indispensáveis para que as ações de proteção sejam efetivadas

# Atores envolvidos na implementação do plano de proteção às Terras Indígenas

## Situação em outubro de 2015

Construções fora dos padrões e a não-contratação dos recursos humanos previstos são apontadas como as razões fundamentais pelas quais a Funai não recebeu oficialmente as construções das UPTs. Apenas dois Postos de Vigilância foram implementados até julho de 2015, sendo estas unidades provisórias que visam auxiliar nas ações de controle relativas ao processo de regularização fundiária em curso na TI Apyterewa.

Os recursos humanos necessários ao plano dependem do perfil de atuação das diferentes UPTs e competências específicas da Funai em parceria com outros órgãos públicos, por um lado, e da Funai com o empreendedor, por outro. Algumas UPTs, situadas em áreas com maiores níveis de risco de conflito, exigiriam como prioritárias ações de controle e fiscalização, de responsabilidade exclusiva de órgãos do estado (Funai, Ibama, Incra, DPF, FN). Em outras, o conjunto da atuação demanda menos ações de controle e mais de prevenção e informação, subsidiando a proteção territorial integrada.

Em março de 2013, verificados apenas exíguos avanços na implementação do PEPTI, o Ministério Público Federal (MPF) moveu uma Ação Civil Pública requerendo a suspensão compulsória da anuência da Funai à Licença de Instalação da UHE Belo Monte. Um ano depois, em decisão da Justiça Federal de 1ª Instância (31/03/2014), foi deferida parcialmente a medida liminar, determinando que a Funai apresentasse em juízo, no prazo de vinte dias, novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção e a Norte Energia executasse imediatamente a avivamento das picadas de 11 TIs, readequação das UPTs construídas no padrão exigido pela Funai, construção das outras UPTs, e a contratação e capacitação de pessoal para atuar nas UPTs.

No Parecer 21 da Funai (2009), a contratação de recursos humanos para o Plano de Proteção ficaria a cargo da Norte Energia. Já no PEPTI, na ação do MPF e na decisão judicial de 2014, a contratação envolveria um convênio entre Funai e Norte Energia. Na avaliação do MPF, a Norte Energia faz uma reinterpretção da documentação e alega que a responsabilidade sobre os recursos humanos é apenas do poder público.

Em dezembro de 2014, a Norte Energia ofereceu uma contraproposta à Funai que substituiria a implementação do PEPTI por um centro de monitoramento remoto para acompanhamento por imagens de satélite/radar das Terras Indígenas afetadas. A Funai não aceitou a proposta da NE como substitutiva do PEPTI já que a estratégia de proteção requer fortalecer a presença em loco por meio das UPT.

Representantes da Funai e Norte Energia apresentaram em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena para acompanhamento aos programas do PBA-CI (CGI), em agosto de 2015, a proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial.

Até outubro de 2015, a proposta se encontra em fase de validação com os povos indígenas.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Articulação

**Indicador:** Articulação entre atores envolvidos no atendimento à fiscalização das Tis

**Cobertura:** Terra Indígena Paquicamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trinchira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Ação Civil Pública nº 655-78.2013.4.01.3909 de 2013 (Ministério Público Federal), CE 0148/2015 – DS (Norte Energia), CE 0354/2014-DS (Norte Energia), Ofício 526/2015/DPT-FUNAI-MJ, Ofício nº578/2015/DPT-FUNAI-MJ (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Ofício 126/2011/Funai, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)

**Palavras-chave:** articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquicamba, TI Trinchira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

**Descrição:**

Descrição da participação de diferentes atores na implementação do plano de proteção às Terras Indígenas

**Como coletar:**

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

**Justificativa:**

A implementação de um plano de proteção territorial das Tis afetadas por Belo Monte precisa da eficiente articulação entre órgãos públicos e empreendedor para que o plano, em conjunto, seja efetivo. É importante acompanhar a forma como são construídas as articulações interinstitucionais para a efetivação do plano.

---

# Adequação do Plano de Proteção à PNGATI

## Situação em outubro de 2015

O Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu (PEPTI) foi estruturado para ser implementado entre 2011 e 2013, prévio ao início de execução das ações do PBA-CI – o que não aconteceu, e prevendo que as ações de proteção deviam ser incorporadas dentro do PBA-CI. Em dezembro de 2013 iniciam as atividades de campo das empresas contratadas para executar os programas do PBA-CI entre eles, o Programa de Gestão Territorial Indígena, PGTI. Esse programa, e especialmente o Projeto Planejamento Territorial e Gestão Socioambiental Compartilhada, está estruturado segundo as diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, PNGATI. Contudo, o fato que a sua execução está desvinculada do Plano Emergencial de Proteção Territorial, dada a sua não implementação, faz com que as atividades de gestão estejam desvinculadas de ações de proteção, diminuindo a sua efetividade como medidas de mitigação de impactos.

Nesse sentido, a Informação Técnica 233/Funai/2015 pronunciou-se a respeito da avaliação da efetividade do PGTI sem a implementação do Plano de Proteção Territorial:

“O Programa de Gestão Territorial Indígena no PBA-CI está diretamente relacionado ao impacto do aumento da pressão sobre os recursos naturais existentes nas terras indígenas, em seu entorno e ao acirramento dos conflitos interétnicos, que ameaçam a manutenção da qualidade de vida dos povos indígenas.

Sua execução está, portanto, diretamente relacionada à execução do Plano de Proteção, condicionante da Licença Prévia, conforme previsto no Parecer no 21/CMAM/CGPIMA/09. É importante destacar que o Plano de Proteção não possui até o momento de fechamento da análise deste parecer elementos que comprovem sua execução, apresentando um atraso de mais de quatro anos.

Consequentemente, a execução e avaliação do PGTI torna-se prejudicada, já que o mesmo havia sido concebido com elementos de continuidade de algumas ações de monitoramento e prevenção de ilícitos advindos do Plano de Proteção. Como este não foi executado, resta a potencialização do impacto.” (p.118)

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Critérios e Demandas

**Indicador:** Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

**Cobertura:** Terra Indígena Paquichamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Ofício 126/2011/Funai, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

**Palavras-chave:** questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquichamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

**Descrição:**

A métrica descreve a adequação entre os diferentes componentes do plano e a PNGATI

**Como coletar:**

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

**Justificativa:**

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas instituída pelo Decreto 7.747 de 2012 descreve os lineamentos que visam garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. é importante acompanhar como a implementação do PPTerra Indígena dialoga em termos gerais com o previsto na PNGATI



---

# Processo de planejamento de gestão ambiental e territorial, por TI

## Situação em outubro de 2015

O Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI contempla uma série de ações que visam apoiar as estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre TIs, vizinhos e UCs, fortalecendo a conservação etnoambiental. Entre elas, a:

Caracterização participativa das TIs e entorno;  
Planejamento territorial e governança indígena das relações locais;  
Arranjos institucionais e políticos para a gestão socioambiental compartilhada.

É importante destacar que as atividades do curso de Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena, atividade inicialmente não contemplada no Plano Operativo do PBA-CI, tem constituído um importante espaço formativo continuado no qual é necessário no processo de criação dos planos de gestão das Terras Indígenas.

Com relação a estas atividades de formação a Funai observa:

“As oficinas sobre ocupação territorial regional, que estavam previstas para serem realizadas nas aldeias no primeiro ano, foram re-adequadas como parte integrante do projeto de Formação em Gestão Ambiental e Territorial. A medida foi proposta pelo empreendedor, de modo a adequar as ações de formação que estavam dispersas em conjunto com a experiência do “Formar PNGATI”, executado pela Funai, MMA e parceiros.

Trata-se de proposta que foi aprovada pela Funai e que deve ser exaltada, já que além de buscar se aproximar de outras experiências que vem sendo executadas no país, demonstrou uma proatividade que não vem sendo comum ao empreendedor, de buscar adequar as ações aos contextos atuais.”  
(IT233/Funai/2015 p.130)

Na parte final da quarta etapa de formação, os indígenas desenvolveram exercícios de “planos de ação” de todas as Terras Indígenas.

Em seguida apresentamos uma breve síntese dos avanços no planejamento, por TI.

Terra Indígena (TI)	Estado de elaboração dos Planos de Gestão das Terras Indígenas (out/2015)
Apyterewa	<p>Etnomapeamentos realizados nas ações do PNGATI pela Funai em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC). O processo final de etnomapeamento foi validado pela Assembleia Parakanã em dezembro de 2014, quando houve devolução dos etnomapas aos indígenas. Com base nesses etnomapas, os Parakanã, a FUNAI, a TNC e outros atores potenciais, iniciaram as discussões e o planejamento para a construção do PGTA (Etnozoneamento e Arranjo Institucional).</p> <p>Os relatórios consolidados (RC) do PBA-CI também trazem informações sobre o Projeto de planejamento territorial:</p> <p>Apresentado diagnóstico socioambiental e calendário sazonal no 3º RC PBA-CI. Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Expedição territorial realizada a inícios de abril de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.</p>
Arara	<p>Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2006. Apresentado diagnóstico socioambiental e calendário sazonal no 3º Relatório Consolidado (RC) do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Arara da Volta Grande do Xingu	<p>Atividades de monitoramento participativo da caça e pesca iniciadas em fev. 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada na TI Arara VGX e no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Araweté	<p>Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2012. Apresentado diagnóstico socioambiental e calendário sazonal no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Relato de expedição territorial entre março e abril de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Cachoeira Seca	<p>Elaboração do calendário sazonal. Intercâmbio com o povo Ikpeng da TI Parque do Xingu. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>

Juruna do km17	"Eleição área Juruna km 17 - Ação prevista como condicionante na LP, sem previsão de ação no PBA, uma vez que a questão fundiária do Juruna do Km 17 já deveria estar resolvida" (IT233/Funai/2015 p.121). Apresentado calendário sazonal no 4º RC do PBA-CI
Kararaô	Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2012. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI. Relatos de expedições territoriais, validação de etnomapas e calendários sazonais, entre maio e junho de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Koatinemo	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI Oficinas de etnomapeamento em fev. 2015. Oficinas de calendários sazonais em maio 2015. Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Kuruaya	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Validação de etnomapas e calendários sazonais em maio 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Paquiçamba	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Atividades de monitoramento participativo da pesca e caça desde março de 2014. Registrada "oficina síntese de monitoramento territorial" no 4º RC do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Trincheira Bacajá	Etnomapeamentos realizados no âmbito dos estudos complementares da TI Trincheira Bacajá. O processo continuou com os Etnomapeamentos realizados nas ações do PNGATI pela Funai em parceria com a TNC (The Nature Conservancy Brasil). O processo final de etnomapeamento foi validado pela Assembleia Geral do povo Xikrin em dezembro de 2014, quando houve devolução dos etnomapas aos indígenas. Com base nesses etnomapas, os Parakanã, a FUNAI, a TNC e outros atores potências, iniciaram as discussões e o planejamento para a construção do PGTA (Etnozoneamento e Arranjo Institucional).  Os relatórios consolidados do PBA-CI também trazem informações sobre o Projeto de planejamento territorial, em especial: Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Xipaya	Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2006. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Realizado intercâmbio com o povo Yudjá da TI Parque do Xingu. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Entorno das Tis	Estudo do uso do solo no entorno das Tis apresentado no 4º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Gestão Territorial

**Indicador:** Gestão Territorial das Tis

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e The Nature Conservancy - Brasil (TNC)

**Palavras-chave:** questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

**Descrição:**

A métrica descreve o processo de criação participativa dos planos de Gestão das Terras Indígenas

**Como coletar:**

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

**Justificativa:**

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. No caso específico das Terras Indígenas na área de influência da UHE Belo Monte, o avanço dos processos de planejamento e gestão ambiental das TIs tem o potencial de complementar os esforços de proteção territorial e fortalecer a capacidade de responder às transformações regionais. A PNGATI procura assegurar a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. É importante monitorar como esses processos avançam e consolidam na região de influência de Belo Monte por meio da construção de ferramentas participativas como etnomapeamentos, etnozoneamentos, calendários sazonais que estimulam a apropriação de elementos de planejamento e gestão territorial nos povos indígenas. em cada uma das Terras Indígenas afetadas.

---

# Relação do Plano de Proteção Territorial com o Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI

Não há dados disponíveis.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Gestão Territorial

**Indicador:** Gestão Territorial das Tis

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

## **Descrição:**

A métrica descreve a relação entre o PPTerra Indígena e o Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI

## **Como coletar:**

Consultar pareceres técnicos da Funai sobre a relação entre o PPTI e PBA-CI. Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Licenciamento, CGLIC)), empresas executoras dos programas do PO-PBA-CI; Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas; Acompanhar discussões no Comitê Gestor Indígena do PBA-CI e subcomitês.

## **Justificativa:**

O Plano de Proteção Territorial e o Programa de Gestão Territorial do PBA-CI procuram o fortalecimento na proteção e gestão territorial das Terras Indígenas afetadas pelo empreendimento Belo Monte. É importante acompanhar como estas duas ações dialogam, articulam e fortalecem para serem mais efetivas na mitigação de impactos e a promoção da posse plena das Terras Indígenas para os diferentes povos.

## Número de servidores da Funai (Geral, Diretoria de Proteção Territorial e Altamira)

<b>Número de servidores da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)</b>					
<b>Categoria</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Ativo permanente	2396	2383	2531	2395	2238
Nomeado cargo em comissão	426	413	408	351	342
Cedido	72	79	76	76	76
Requisitado	19	30	40	53	60
Requisitado de outros órgãos	4	6	7	4	3
Exercício descentralizado de carreira	37	38	31	34	36
Exercício provisório	3	1	1	4	5
Contrato temporário	49	45	37	27	6
CLT ANS - Dec. 6657/08	3	2	2	2	3
<b>Total</b>	<b>3009</b>	<b>2997</b>	<b>3133</b>	<b>2946</b>	<b>2769</b>
Aposentadorias - por ano	17	16	27	70	104

<b>Número de servidores da Diretoria de Proteção Territorial</b>						
<b>Ano</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
n.º Servidores	102	106	107	103	95	88

<b>Número de servidores da Coordenação Regional da Funai em Altamira</b>

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
n.º Servidores	n/d [1]	60	62	25	28	23 [2]

## NOTA TECNICA - 2015

(1) Em decorrência do Decreto 7056 de 2009 sobre a reestruturação da Fundação Nacional do Índio, a Administração Regional de Altamira deixa de existir como unidade autônoma, passando a depender administrativamente da Coordenação Regional de Belém-PA. O Relatório de Gestão de 2010 não fornece dados sobre o número de servidores em Altamira já que “A Funai não dispunha, até o final de 2010, de um sistema de indicadores institucionais e de recursos humanos estabelecido” (p.10). Sobre a gestão nesse período, a Funai diz “Além do empreendimento, a própria transição institucional da FUNAI relacionada ao Decreto 7.056/2009 gerou problemas com relação ao cumprimento de metas em 2010. Em Altamira, por exemplo, a FUNAI ficou aproximadamente cinco meses parada e mais dois meses em fase de reorganização interna. O resultado foi que as ações só passaram a ser desenvolvidas em área a partir do segundo semestre” (p.20).

(2) Segundo informações da Funai Centro Leste do Pará (Altamira), no decorrer de 2015 a sede perdeu 5 funcionários e outros 4 servidores solicitaram exoneração.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Fortalecimento Institucional

**Indicador:** Fortalecimento Institucional da Funai

**Cobertura:** Altamira indígena, Brasília, Terras Indígenas no Brasil, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Altamira, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Diretoria de Proteção Territorial, Relatórios de Gestão Coordenação Regional Belém 2010 e 2011 (FUNAI) e Relatórios de Gestão Coordenação Regional Centro Leste do Pará 2012, 2013 e 2014 (FUNAI)

**Palavras-chave:** questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área indígena Ituna-itatá e Área Indígena Juruna do km 17

### Descrição:

A métrica descreve o número de servidores da Funai: geral, Diretoria de Proteção Territorial e Altamira

### Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

### Justificativa:

O número de servidores da Funai influencia diretamente a capacidade operativa e de gestão da instituição. É importante monitorar o número de servidores que a instituição possui tanto no âmbito da Diretoria de Proteção Territorial em Brasília, como da CR/Centro Leste do Pará como forma de acompanhar a evolução das equipes de trabalho nas coordenações que podem subsidiar a implementação e a gestão do Plano de Proteção Territorial.

# Previsão orçamentária da Funai para ações de proteção territorial

Nome da categoria

Loading...



## Previsão orçamentária da Funai para ações de proteção territorial

### Al Juruna do km 17

	2015
Nome da categoria	

### Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

	2015
Nome da categoria	

### Terra Indígena Apyterewa

	2015
Nome da categoria	

### Terra Indígena Arara

	2015
Nome da categoria	

### Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2015
Nome da categoria	

### Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2015
Nome da categoria	

**Terra Indígena Cachoeira Seca**

	2015
Nome da categoria	

**Terra Indígena Kararaô**

	2015
Nome da categoria	

**Terra Indígena Koatinemo**

	2015
Nome da categoria	

**Terra Indígena Kuruaya**

	2015
Nome da categoria	

**Terra Indígena Paquiçamba**

	2015
Nome da categoria	

**Terra Indígena Trincheira Bacajá**

	2015
Nome da categoria	

## Terra Indígena Xipaya

	2015
Nome da categoria	

## Terras Indígenas no Brasil

	2015
Nome da categoria	

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Fortalecimento Institucional

**Indicador:** Fortalecimento Institucional da Funai

**Cobertura:** Terras Indígenas no Brasil, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (All), Área indígena Ituna-itatá, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, Área Indígena Juruna do km 17, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

**Descrição:**

A métrica ilustra a previsão orçamentaria anual para ações de proteção territorial.

**Como coletar:**

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Licenciamento, CGLIC))

**Justificativa:**

A disponibilidade orçamentaria influi diretamente na capacidade da instituição manter as estruturas e ações voltadas à proteção territorial. É importante portanto acompanhar a previsão orçamentaria vinculada a subsidiar a implementação do plano de proteção territorial

# Desmatamento por Terra Indígena

Incremento do desmatamento por TI, em km<sup>2</sup>

Loading...

## Desmatamento por Terra Indígena

### Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

### Terra Indígena Apyterewa

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	18,59	26,73	5,9	114,96	138,81	72,92	70,41	41,98	40,86	31,45	15,26	6,11	0,77	1,63	5,18

### Terra Indígena Arara

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0	3,86	0	10,01	0,49	1,83	0,32	2,79	1,42	0,7	2,47	0,68	1,19	0,36	0,07

### Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0,35	0,18	0,15	1,29	1,01	1,68	0,86	2,67	0	0	0,74	5,9	3,3	0	0,17

### Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	15,36	1,22	0	1,95	1,21	0,01	0,97	0	2,67	1,41	4,5	1,24	0,15	0,84	0,41

### Terra Indígena Cachoeira Seca

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	14,87	7,65	6,42	49,33	27,89	35,43	17,42	45,18	44,87	20,05	23,95	19,42	14,51	16,22	6,09

**Terra Indígena Kararaô**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0	0	0	0	0,06	0	0	0,08	0	0	0	0	0	0	0

**Terra Indígena Koatinemo**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0,03	0	0	1,82	0	0	0	0	0	0	0,1	0,02	0	0	0

**Terra Indígena Kuruaya**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0,07	0,11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0

**Terra Indígena Paquiçamba**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0,03	0	0,06	0	0	0	0	0	0	0,09	0	0	0	0,02	0

**Terra Indígena Trincheira Bacajá**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	31,26	6,34	0,03	15,27	7,49	12,73	6,19	4,44	8,68	4,6	4,14	4,5	1,49	1,96	1,03

**Terra Indígena Xipaya**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km <sup>2</sup>	0,06	0	0	0,15	0,11	0	0	0	0	0	0,13	0	0	0	0

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Pressões sobre as Tis

**Indicador:** Desmatamento

**Cobertura:** Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Xipaya e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Fontes:** Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE)

**Palavras-chave:** questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, Área indígena Ituna-itatá, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

**Descrição:**

A métrica descreve o incremento anual de desmatamento em km<sup>2</sup> por Terra Indígena

**Como coletar:**

No site do Projeto Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>), clicar em [Dados por Unidade de Conservação]. Selecionar [Tipo: Terra Indígena] e [Estado/Região: PA]. Clicar em [Lista]. Buscar Terras Indígenas desejadas.

**Justificativa:**

Entre as Terras Indígenas da Área de Influência de Belo Monte há algumas das mais desmatadas do país, como Terra Indígena Apyterewa e Terra Indígena Cachoeira Seca. A dinâmica prevista no Estudo de Impacto Ambiental e Parecer 21 da Funai apontam a um acirramento do desmatamento. É importante acompanhar os índices de desmatamento para acompanhar a evolução dessa dinâmica de pressão sobre as Terras Indígenas, bem como a efetividade das medidas de mitigação, especialmente o Plano de Proteção Territorial

---

# Numero de focos de calor por Terra Indígena

Focos de calor

Loading...



## Numero de focos de calor por Terra Indígena

### Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

	2013	2014
Focos de calor	2	11

### Terra Indígena Apyterewa

	2013	2014
Focos de calor	43	506

### Terra Indígena Arara

	2013	2014
Focos de calor	3	22

### Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2013	2014
Focos de calor	9	11

### Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2013	2014
Focos de calor	6	26

### Terra Indígena Cachoeira Seca

	2013	2014
Focos de calor	70	480

**Terra Indígena Kararaô**

	2013	2014
Focos de calor	5	4

**Terra Indígena Koatinemo**

	2013	2014
Focos de calor	12	17

**Terra Indígena Kuruaya**

	2013	2014
Focos de calor	2	5

**Terra Indígena Paquiçamba**

	2013	2014
Focos de calor	6	6

**Terra Indígena Trincheira Bacajá**

	2013	2014
Focos de calor	13	25

**Terra Indígena Xipaya**

	2013	2014
Focos de calor	6	11

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Pressões sobre as Tis

**Indicador:** Desmatamento

**Cobertura:** Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Xipaya e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, Área indígena Ituna-itatá, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

**Descrição:**

A métrica descreve o número de focos de calor por Terra Indígena e faixa de proteção territorial, em diferentes anos

**Como coletar:**

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA ([www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento)), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 8 - Programa de Gestão Territorial Indígena]. (7) Entrar na pasta de número [8.2] - Projeto de Monitoramento Territorial]. (8) Atualizações anuais dos dados de focos de calor por Terra Indígena e faixa de proteção ambiental.

**Justificativa:**

Os focos de calor nas terras indígenas e na faixa de proteção etnoambiental são importantes indicadores do tipo de atividades humanas presentes na região, da degradação ambiental e da pressão sobre as Terras Indígenas. É importante monitorar os focos de calor dentro e no entorno das terras indígenas para conhecer e responder mais adequadamente aos desafios da sua proteção.

---

## Desmatamento no entorno das Tis

Não há dados disponíveis.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Pressões sobre as Tis

**Indicador:** Desmatamento

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área indígena Ituna-itatá e Área Indígena Juruna do km 17

### Descrição:

A métrica ilustra a área e porcentagens anuais de desmatamento acumulado na faixa de proteção ambiental das Tis

### Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA ([www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento)), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 8 - Programa de Gestão Territorial Indígena]. (7) Entrar na pasta de número [8.2] - Projeto de Monitoramento Territorial]. (8) Procurar atualizações dos dados monitoramento do uso e ocupação do solo.

### Justificativa:

O desmatamento no entorno das Tis ilustra diretamente a dinâmica da ocupação e atividades humanas no entorno das Terras Indígenas que representam os vetores de pressão mais imediatos nos limites destas Áreas Protegidas. É importante acompanhar a dinâmica do desmatamento no entorno das Tis para focalizar melhor as ações de prevenção, informação e controle vinculadas à proteção das terras indígenas, e do ordenamento territorial do entorno.

## Percepção indígena sobre invasões em seus territórios, por tipo

Não há dados disponíveis.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Pressões sobre as TIs

**Indicador:** Ameaças

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área indígena Ituna-itatá, Área Indígena Juruna do km 17 e questões indígenas

**Descrição:**

A métrica traz uma descrição dos registros de percepções indígenas sobre ameaças e invasões aos seus territórios

**Como coletar:**

Coletar a partir da sistematização de registros existentes sobre percepções indígenas e ameaças no contexto das reuniões do CGI, subcomitês, Comitê Gestor da Funai, Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial (Programa PG Terra Indígena do PBA-CI), pareceres da Funai, denúncias perante o Ministério Público Federal. Recomenda-se o desenho de metodologias específicas para coleta destas informações em oficinas com os indígenas, seja no âmbito dos subcomitês, como de espaços de formação. Acompanhar a percepção de ameaças com relação a criação dos planos de gestão territorial por TI

**Justificativa:**

Conforme o Plano Plurianual 2012-2015 da Funai "Além das dificuldades para promover a extrusão de ocupantes não-indígenas, a falta de ações contínuas de fiscalização e monitoramento territorial permite a invasão sistemática das terras indígenas por madeireiros, garimpeiros, grileiros e outros, restringindo a plena ocupação e gestão territorial indígena, e tornando as terras indígenas focos potenciais de conflitos fundiários, de degradação ambiental e de práticas de ilícitos." É importante acompanhar a percepção indígena sobre as ameaças territoriais, à gestão indígena do território, além de conflitos fundiários e ilícitos.

---

## Expedições indígenas de vigilância e controle territorial

Não há dados disponíveis.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Proteção das Tis

**Indicador:** Fortalecimento político e organizacional dos indígenas para proteção das Tis

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17, Área indígena Ituna-itatá e questões indígenas

**Descrição:**

A métrica descreve e ressalta a avaliação das expedições de vigilância indígenas por TI

**Como coletar:**

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT)) lideranças indígenas e subcomitês.

**Justificativa:**

As expedições indígenas pelos seus territórios podem estar vinculadas com as estratégias de proteção no PPTI, especialmente as de tipo preventivo. É importante acompanhar como se dá a organização, frequência e vínculo com o restante dos componentes do Plano de Proteção Territorial

---

# Percepção sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial

Não há dados disponíveis.

**Tema:** Proteção Territorial Indígena

**Subtema:** Proteção das Tis

**Indicador:** Fortalecimento político e organizacional dos indígenas para proteção das Tis

**Cobertura:** Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

**Palavras-chave:** participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, Área indígena Ituna-itatá, Área Indígena Juruna do km 17 e questões indígenas

## **Descrição:**

A métrica descreve a percepção sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial a partir de vários tipos de registros.

## **Como coletar:**

Coletar a partir da sistematização de registros existentes sobre percepções indígenas e ameaças no contexto das reuniões do CGI, subcomitês, Comitê Gestor da Funai, Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial (Programa PG Terra Indígena do PBA-CI), pareceres da Funai, e avaliações junto ao programa GATerra Indígena da Funai e TNC. Recomenda-se o desenho de metodologias específicas para coleta destas informações em oficinas com os indígenas, seja no âmbito dos subcomitês, como de espaços de formação sobre gestão territorial.

## **Justificativa:**

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. No caso específico das Terras Indígenas na área de influência da UHE Belo Monte, o avanço dos processos de planejamento e gestão ambiental das TIs tem o potencial de complementar os esforços de proteção territorial e fortalecer a capacidade de responder às transformações regionais. Atingir esses objetivos requer de um esforço contínuo de formação e fortalecimento organizacional. É importante acompanhar a percepção indígena sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial para monitorar a satisfação e efetividade com que os povos indígenas adotam um protagonismo qualificado na gestão e proteção dos seus territórios.

---

## Proporção de óbitos por causas mal definidas

Não há dados disponíveis.

**Tema:** Saúde Indígena

**Subtema:** Saúde da População Indígena

**Indicador:** Mortalidade e expectativa de vida

**Cobertura:** Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

**Palavras-chave:** questões indígenas, Área indígena Ituna-itatá, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

### **Descrição:**

Apresenta a proporção de óbitos por causas mal definidas em relação ao número total de óbitos

### **Como coletar:**

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

### **Justificativa:**

A métrica indica sobre a qualidade dos dados sobre causas de morte: quanto menor a proporção de causas mal definidas, melhores são os dados. Isso permite avaliar indiretamente o acesso e a disponibilidade do serviço de saúde